



The Observatory of Social  
and Political Elites of Brazil

ISSN on line  
2359-2826

## **Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais**

Tiago Alexandre Leme Barbosa (nusp/ufpr)

**newsletter**

v. 2 ▪ n. 10 ▪ agosto, 2015

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

## Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais

Tiago Alexandre Leme Barbosa (nusp/ufpr) \*

**Resumo:** O texto apresenta dados sobre a inserção feminina nas Comissões Executivas estaduais de seis dos principais partidos políticos brasileiros: PT, PDT, PMDB, PSDB, DEM e PP. A partir de dados coletados no TSE para os anos de 2013 a 2015, observou-se a distribuição de mulheres em todos os estados da federação. Os dados, mesmo que ainda incompletos, têm revelado uma sub-representação feminina nessas instâncias, sendo o PT o partido que mais mulheres recrutou.

### Introdução

O predomínio de homens na classe política brasileira é um dos pontos mais consensuais entre analistas da área. Vários trabalhos destacam a sub-representação feminina nos mais variados cargos Araújo (2005), Alves *et. al.* (2012), entre outros.

Se o acesso à elite política ainda é dominado por homens, o mesmo poderia ser dito do interior dos partidos políticos? Essa nota de pesquisa apresenta dados sobre a situação das mulheres nas elites partidárias, aqui entendidas como os membros das Comissões Executivas estaduais dos principais partidos de todos os estados da Federação.

### As Executivas e os partidos selecionados

As Comissões Executivas congregam as principais lideranças dos partidos políticos<sup>1</sup>. Por exemplo, no nível nacional, Aécio Neves é o atual presidente do PSDB e Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, ocupa o cargo de presidente de honra na mesma instância. Guarnieri (2011) lembra que o PMDB foi dirigido por quase 20 anos por Ulisses Guimarães; por igual período o PDT foi encabeçado por Leonel Brizola.

Não obstante, o fato de a instância nacional congregar as principais lideranças dos partidos, no nível estadual também é possível identificar políticos de renome. A título de ilustração, Renan Calheiros é o atual presidente do PMDB alagoano; o atual governador do Mato Grosso do Sul, o fazendeiro do PSDB, Reinaldo Azambuja, foi presidente estadual do PSDB; o PP paulista tem a sua frente Paulo Maluf.

As Comissões Executivas estaduais serão entendidas aqui como uma *proxy* do conceito de "coalizão dominante" de Panebianco (2005). Embora cada uma delas seja um espaço no qual importantes figuras dos partidos estejam presentes, isso não significa que todos os membros da "coalizão dominante" estejam nela representados<sup>2</sup>.

Os partidos selecionados para averiguar a inserção feminina em suas respectivas máquinas burocráticas foram classificados da seguinte maneira: na esquerda o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). No centro o Partido do Movimento Democrático

---

<sup>1</sup> Outras instâncias, como os Conselhos Políticos, mantêm também políticos relevantes dentro dos partidos políticos.

<sup>2</sup> Utilizo ao longo do texto as expressões "elite partidária" e "dirigentes partidários" como sinônimos desses indivíduos que fazem parte das Executivas.

Brasileiro (PMDB) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Por último, na direita, o Democratas (DEM) e o Partido Progressista (PP). Essa classificação é a mesma utilizada em Rodrigues (2002).

### Os dados da pesquisa

Os dados da pesquisa representam uma fotografia dos dirigentes partidários atualmente. Os nomes dos dirigentes foram todos coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Essas informações são repassadas pelos partidos para os vários Tribunais Regionais Eleitorais que, por sua vez, as enviam ao TSE.

Temos informações sobre a data de eleição e duração de formação das Executivas em praticamente todos os casos. Em alguns deles, havia nomes de indivíduos duplicados. Quando o indivíduo possuía mais de um cargo, foi contado mais de uma vez.

É importante ressaltar que algumas informações estão incompletas<sup>3</sup>, algumas Executivas informaram poucos membros, chegando em alguns casos a apenas dois ou três membros. Nesse sentido, essas informações servem como uma aproximação (e não uma radiografia completa) do que acontece no interior dos partidos políticos atualmente.

Outro aspecto importante é a presença das Comissões Provisórias. Essas instâncias acabam por desempenhar o mesmo papel que as Executivas e os diretórios<sup>4</sup>.

Ainda é importante ressaltar que as legendas analisadas escolhem os seus dirigentes em períodos distintos. Os anos de escolha dos partidos foram: PDT e PT 2014; PSDB e PP 2015; PMDB e DEM 2013. Os dados incluem dirigentes que saíram das Executivas nesses períodos e também outros que foram inclusos posteriormente a essas datas. Os partidos podem prorrogar o mandato dos dirigentes; há também casos em que os mesmos se afastam das instâncias e são substituídos por outros, sem a necessidade de outra eleição da instância.

Outra informação importante diz respeito aos cargos analisados. No geral, todos os partidos apresentam cargos como: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Tesoureiro e Líder da bancada. Todos esses cargos foram inclusos na análise, e também os demais que as instâncias possuíam<sup>5</sup>. Ficaram de fora apenas os vogais, suplentes e delegados dos partidos, dados que não estavam disponíveis para todas as legendas.

---

<sup>3</sup> Faltam informações das Executivas do PDT da Paraíba e do PMDB de Pernambuco.

<sup>4</sup> O tema das Comissões provisórias pode ser conferido em Guarnieri (2011).

<sup>5</sup> Além dos cargos citados estão inclusos as seguintes funções: no PDT: líder da bancada, membro, consultor jurídico; no PMDB: líder da bancada; PSDB: membro, chefe diplomático; PP: membro, todos os presidentes: Presidente de Honra, do PP Mulher, PP Jovem; no DEM: membro, todos presidentes, presidente Democratas Mulher, Juventude Democrata, os vice-presidentes de assuntos sociais, assuntos econômicos, assuntos de diretórios municipais; no PT: Líder da Bancada, secretários de movimentos populares, formação política, mobilização, finanças e planejamento, assuntos institucionais, direitos humanos, relações internacionais, política territorial, comunicação, sindical, meio ambiente, assuntos agrários. É importante mencionar que os dados ainda estão incompletos, alguns partidos não informam todos os cargos em todos os estados.

A partir dos dados do TSE, e utilizando os cargos selecionados, o número de casos nessa *Newsletter* é de 1.660<sup>6</sup>.

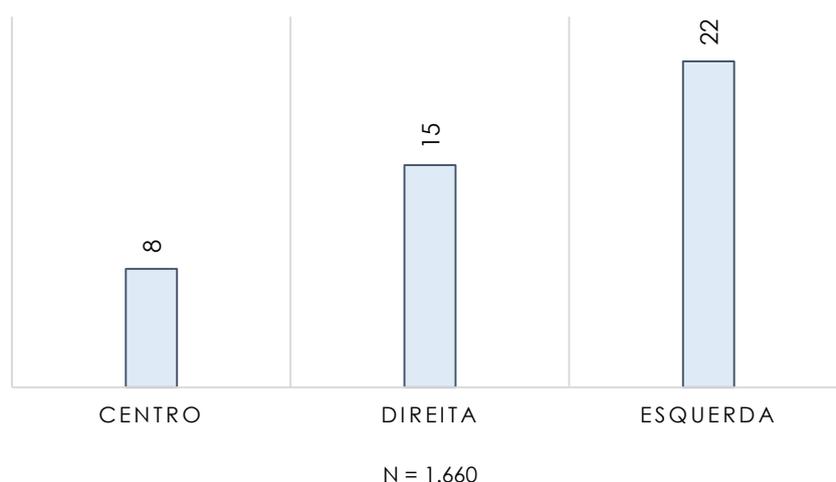
### As mulheres nas Executivas estaduais

Em linhas gerais, a tendência dos partidos políticos foi recrutar poucas mulheres para o comando das suas Executivas nos estados brasileiros. Os dados sobre a participação nos estados indicam que as mulheres não chegaram a mais que 30% (ver gráfico 2) da elite partidária nos principais partidos.

Uma importante variável nos estudos sobre a participação feminina é a relação entre a localização no espectro ideológico e o comprometimento com políticas de cotas por parte dos partidos políticos (Norris 2013).

Os dados abaixo mostram que as afirmações de que partidos de esquerda tenderiam a recrutar mais mulheres se confirmam para as legendas analisadas.

Gráfico 1. Porcentagem de mulheres nas Comissões Executivas estaduais dos principais partidos políticos brasileiros por bloco ideológico, 2013-2015



Fonte: O autor a partir dos dados do TSE.

Note-se que os partidos de centro foram os menos inclusivos, enquanto a esquerda é o principal caminho de entrada para o comando dos partidos.

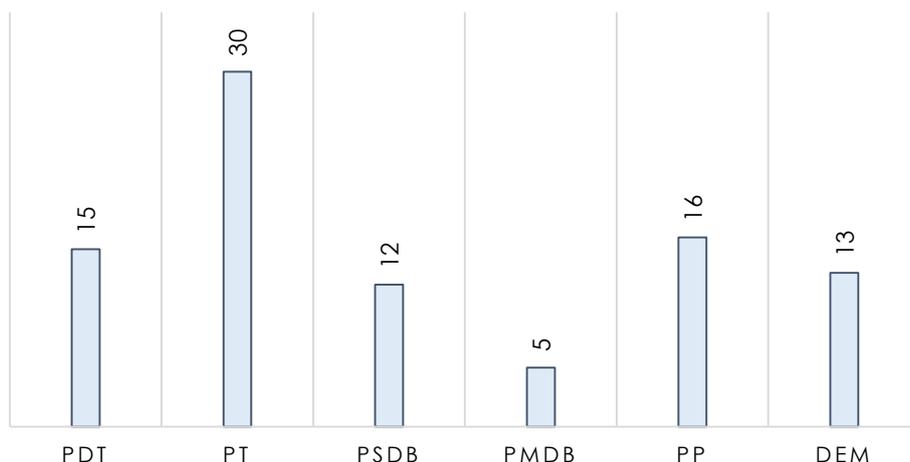
Por outro lado, a literatura apresenta explicações de natureza diversa sobre a participação feminina na política (Costa et al. 2013). Uma das mais conhecidas tem a ver com fatores sociais: a dupla jornada de trabalho a qual a mulher está sujeita e também os baixos incentivos para a participação política. Ambos os fatores desencorajariam mulheres a se lançarem à política (Norris 1997; Norris & Lovenduski 1995).

<sup>6</sup> Todos os outros cargos apresentados nas declarações do TSE foram retirados por estarem incompletos. Os cargos excluídos por partido foram: no PT e PDT: Vogal; no DEM: Delegados e Suplentes; no PP, PSDB e PMDB: Delegado, suplente e Vogal. Esses dados não estavam disponíveis para todos os Estados.

Nesse sentido, esse seria um fator de influência anterior e independente do recrutamento partidário: pois, apesar das diferenças entre os três espectros ideológicos, as proporções de mulheres ainda são menores que os da população feminina.

Especificando os resultados por partidos políticos, os dados abaixo mostram que o partido que mais mulheres recrutou foi o Partido dos Trabalhadores, que chegou à cifra de 30% em 2014.

Gráfico 2. Porcentagem de mulheres nas Comissões Executivas estaduais dos principais partidos políticos brasileiros, 2013-2015



Fonte: O autor a partir dos dados do TSE.

Além de fatores sociais para explicar a baixa participação de mulheres na política, a literatura também utiliza variáveis de natureza político-institucional como o sistema partidário; o tamanho do distrito; e o tipo de sistema eleitoral: se majoritário ou proporcional (Araújo 2005).

No caso dos dados acima, um fator importante a ser ressaltado na explicação dos achados é a presença ou não de cota para o recrutamento dos cargos de direção, variável que também pode ser inserida naquelas de natureza político-institucional.

A rigor, todos os partidos fazem menção à participação feminina em seus estatutos, embora nem todos apresentem cotas para o recrutamento feminino.

O estudo dos estatutos constitui um objeto de pesquisa em si, porém utilizamos os últimos documentos aprovados pelas agremiações com o intuito de perceber se as regras que estavam em vigor antes da eleição das Executivas influenciaram o resultado da seleção<sup>7</sup>.

Os partidos analisados podem ser separados em dois grupos: os que não possuem cota e o que a utilizam. No primeiro grupo estão PMDB, DEM e PP. O segundo grupo é formado pelo PDT, PT e PSDB.

Embora o primeiro grupo não utilize cota, os estatutos dessas legendas apresentam regras com o intuito de ampliar a participação feminina.

<sup>7</sup> A análise do estatuto de quatro dos seis partidos políticos tratados aqui pode ser conferida em Ribeiro (2013). Em virtude do caráter exploratório dessa *Newsletter*, nos limitamos à última alteração dos estatutos.

O PMDB define que em relação à sua parte no fundo partidário, serão destinados: "IV- 5% (cinco por cento) na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres" (Estatuto PMDB, 2013). Regra semelhante é encontrada nos estatutos do PSDB e PT. Já o Democratas mantém como órgão de ação partidária<sup>8</sup> o "Mulher Democrata" (Artigo. 81, Estatuto DEM, 2007).

O PP define no seu estatuto que o partido poderá instituir movimentos de apoio à ação partidária, como o de mulheres (Artigo 111, Estatuto PP, 2013). Além disso, esses movimentos<sup>9</sup>, onde organizados pelos diretórios, têm a possibilidade de indicar candidatos às eleições proporcionais (Artigo. 115, Estatuto PP, 2013).

Entre os partidos que adotam cota estão PDT, PSDB e PT. O primeiro mantém em seu estatuto 30% de representação para as mulheres (Artigo 26, Estatuto PDT, 2015). No mesmo sentido o PSDB dispõe que as chapas registradas nos diretórios devem ter no "mínimo 30% e máximo 70% de cada sexo" (Artigo 25, Estatuto PSDB, 2013).

Não obstante esse conjunto de regras, a participação feminina nas agremiações acima ainda é baixa para os cargos e as instâncias analisadas.

Entre aqueles partidos que não possuem cotas reservadas às mulheres, a maior participação é observada no PP (16%), como mostra o gráfico 2.

Por sua vez, apesar de reservarem 30% dos cargos de suas respectivas Executivas estaduais à participação feminina, PDT e PSDB atingem apenas 15 e 12%, respectivamente.

Por outro lado, o diagnóstico de que as regras não condicionam a dinâmica dos partidos pode ser repensada para o caso do PT. O partido, que utiliza cotas desde 1993<sup>10</sup>, tem entre os seus dirigentes a maior proporção de mulheres<sup>11</sup>.

Além das cotas, outro fator explicativo importante em relação às cifras do PT é a relação do partido com a sociedade civil e em especial com o movimento feminista. Ribeiro (2008, p.164) afirma que a agremiação mantém relações com o movimento feminista desde a sua fase embrionária. Nesse sentido, a origem do partido<sup>12</sup>, entendida como a sua relação com a sociedade, as primeiras escolhas feitas pela agremiação, parecem exercer maior influência na seleção.

Outro ponto importante em relação à distribuição de mulheres nas Executivas diz respeito aos cargos que elas ocupam.

Os estatutos apresentam atribuições diferenciadas para os cargos. Por exemplo, os presidentes representam o partido formalmente, aprovam em conjunto com os tesoureiros despesas e podem contratar pessoal para o partido. Secretários gerais são responsáveis pela

---

<sup>8</sup> O Movimento Mulher Democrata assim como o Movimento Juventude Democrata e o Empreendedor Democrata de acordo com o estatuto são: "órgãos de Ação Partidária, doutrinária e educativa, destinados a promover a expansão e o desenvolvimento partidário, na respectiva área de atuação" (Estatuto DEM, 2007).

<sup>9</sup> O estatuto também define a possibilidade de criação de Movimentos da Juventude Progressista, do Trabalhador Progressista e "outros que porventura surgirem" (Estatuto PP, 2013).

<sup>10</sup> O atual estatuto do PT define que: "IV- as direções partidárias, delegações e cargos com função de secretarias deverão ter paridade de gênero (50% de mulheres e 50% de homens)" (Estatuto PT, 2013).

<sup>11</sup> Embora as taxas do partido sejam superiores aos dos demais partidos, a paridade de gênero não é atingida.

<sup>12</sup> A discussão sobre as "origens dos partidos" pode ser conferida no texto clássico de Duverger (1980) e também em Panebianco (2005)

organização dos Congressos dos partidos enquanto tesoureiros aprovam as contas dos partidos. Utilizando então o conceito de “zonas de incerteza”, aplicadas aos cargos dos dirigentes, que estão sendo entendidos aqui como a “coalizão dominante” nos termos do Panebianco (2005), os cargos da análise foram organizados da seguinte maneira, a começar pelo topo da hierarquia: Presidentes, Vice-Presidente, Secretários Gerais e temáticos, Tesoureiros, Membros e outros. O objetivo é destacar nessa hierarquia quais são os cargos mais importantes<sup>13</sup>.

A tabela abaixo mostra como os principais cargos das Executivas, presidências e vice-presidências são ainda dominados por homens em todas as legendas:

Tabela 1. Percentual de homens e mulheres por cargo nas Comissões Executivas estaduais dos principais partidos políticos brasileiros 2013-2015

	PDT		PT		PMDB		PSDB		PP		DEM	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
<b>Presidente</b>		100	14	86		100	4	96	4	96	10	90
<b>Vice-Presidente</b>	8	92	26	74	10	90	12	88	13	87	14	86
<b>Secretário geral e temáticos</b>	28	72	40	60		100	18	82	22	78	3	97
<b>Tesoureiro</b>	14	86	43	57	5	95	12	88	20	80	13	87
<b>Membro</b>	20	80					15	85	17	83	15	85
<b>Outros</b>	12	88	16	84		100		100	100			
<b>Total (n)</b>	45	241	72	164	10	178	19	146	57	291	57	380

Outros: todos líderes da bancada, consultor jurídico e chefe diplomático.

Fonte: O autor a partir dos dados do TSE.

A tabela acima mostra que as presidências do PDT e PMDB não tiveram nenhuma mulher no cargo, enquanto PSDB e PP tiveram ambos 4% apenas de dirigentes do sexo feminino. As taxas só foram maiores no PT com 14% e DEM com 10%.

Os dados acima indicam que os cargos mais “abertos” à participação feminina são os de Secretários gerais e temáticos e Tesoureiros. Os maiores percentuais continuam no PT (40% e 43%, respectivamente), mas PP (22% e 20%) e PDT (28% e 14%) também apresentam números relevantes.

Por outro lado, o PMDB não tem na presidência e entre os secretários gerais nenhuma mulher, ambos cargos relevantes na burocracia do partido.

A tabela 1 demonstra que além de existirem poucas mulheres na elite partidária, elas também estão em menor medida nas presidências dos partidos, principal cargo das instâncias.

<sup>13</sup> Os líderes da bancada ocupam uma posição de destaque nos partidos, mas em virtude do baixo número de casos coletados eles foram agrupados na categoria “outros”.

## A elite partidária regional

Outro conjunto de variáveis destacadas nos estudos de gênero são os contextos regionais.

A tabela a seguir mostra a distribuição das dirigentes por região e partido.

Tabela 2. Percentual de homens e mulheres nas Comissões Executivas estaduais dos principais partidos políticos brasileiros por região, 2013-2015

	PT		PDT		PMDB		PSDB		PP		DEM	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Centro-Oeste</b>	59	41	94	6	100		95	5	86	14	87	13
<b>Nordeste</b>	69	31	83	17	96	4	85	15	79	21	87	13
<b>Norte</b>	69	31	81	19	88	13	89	11	80	20	79	21
<b>Sudeste</b>	73	27	80	20	97	3	87	13	93	7	94	6
<b>Sul</b>	74	26	93	7	96	4	100	-	85	15	93	7

Fonte: O autor a partir dos dados do TSE.

Os dados acima indicam que os partidos políticos recrutam mais mulheres em determinadas regiões do país. As Executivas petistas são mais inclusivas nos estados do Centro-Oeste, enquanto na mesma região o PMDB não teve nenhuma mulher à frente do partido<sup>14</sup>.

Além disso, é possível identificar que o Sul do país detém os menores percentuais de mulheres. O PSDB, por exemplo, não tem nenhuma dirigente nessa região, nos cargos analisados. Uma possível explicação para o fato pode estar relacionada aos movimentos feministas da região. Estes podem estar mais próximos de outros partidos, como o PT que tem 26% de mulheres na região.

Na região, recrutaram mais mulheres o PP com 15% e o PT com 26%. Todos os demais partidos não passaram de 7%.

## Considerações Finais

Os achados dessa nota de pesquisa vão no mesmo sentido dos trabalhos sobre elite parlamentar, isto é, os dados apresentados indicam que os principais cargos no interior das Executivas partidárias estaduais permanecem predominantemente dominados por homens.

Mesmo que ainda incompletos, os resultados têm indicado que os partidos de esquerda foram os principais responsáveis pela presença feminina. De todos os partidos analisados, as menores taxas de mulheres foram as do PMDB, que tinha apenas 5% de mulheres entre os seus dirigentes do sexo feminino.

Embora variáveis como a adoção de cota tenha impacto na ampliação da participação feminina para o caso do PT, os partidos adotam outros mecanismos nos seus estatutos que ampliam

<sup>14</sup> Sobre a relação entre as regiões e o êxito de mulheres na política ver Miguel & Queiroz (2006).

a participação feminina, como o PP e DEM que recrutaram 16% e 13%, respectivamente. Esses mecanismos parecem ser tão eficientes quanto as cotas, haja vista que partidos como PDT e PSDB, mesmo fazendo uso desse artifício, estão longe de atingir os 30% de mulheres definidos pelos seus estatutos.

As variáveis explicativas e o banco de dados ainda precisam ser ampliados e aplicados a outros partidos. Dados como a origem do partido – entendida como as relações que as organizações mantêm com a sociedade civil – parecem desempenhar um papel na explicação dos resultados, como foi o caso do Partido dos trabalhadores que, além de possuir cota para mulheres, tinha desde a sua origem uma relação com o movimento feminista.

A literatura tem ressaltado que os contornos da elite partidária brasileira ainda são temas poucos explorados (Ribeiro 2014). Os dados apresentados nessa *Newsletter* contribuem para o conhecimento de outros aspectos da elite partidária e também da própria relação que os partidos políticos mantêm com a sociedade.

## Referências

- Alves, J.E.D., Pinto, C.R.J. & Jordão, F. eds., 2012. *Mulheres nas eleições 2010*, Rio de Janeiro: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Araújo, C., 2005. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, (24), pp.193–215.
- Costa, L.D., Bolognesi, B. & Codato, A., 2013. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. In E. D. Salgado & I. Dantas, eds. *Partidos políticos e seu regime jurídico: o desenho constitucional dos partidos políticos*. Curitiba: Juruá, pp. 209–228.
- Guarnieri, F., 2011. A força dos partidos “fracos.” *Dados*, 54(1), pp.235–258.
- Miguel, L.F. & Queiroz, C.M. de, 2006. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 14(2), pp.363–385.
- Norris, P. ed., 1997. *Passages to Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P., 2013. Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp.11–32.
- Norris, P. & Lovenduski, J., 1995. *Political Recruitment: Gender, Race, and Class in the British Parliament*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Panebianco, A., 2005. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*, São Paulo: Martins Fontes.
- Ribeiro, P.F., 2014. Em nome da coesão: parlamentares e comissionados nas executivas nacionais dos partidos brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, 22(52), pp.121–158.

Ribeiro, P.F., 2013. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (10), pp.225–265.

Ribeiro, P.J.F., 2008. *Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos - SP, Brasil: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

Rodrigues, L.M., 2002. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*, São Paulo: Edusp.

### **Outras Fontes**

Tribunal Superior Eleitoral: <http://www.tse.jus.br/>

Estatuto do DEM. 2007. Aprovado pela Convenção Nacional de dezembro de 2007.

Estatuto do PMDB. 2013. Aprovado pela Convenção Nacional de março de 2013.

Estatuto do PSDB. 2013. Aprovado pela XI Convenção Nacional, em maio de 2013.

Estatuto do PP. 2014. Aprovado pela Convenção Nacional, em abril de 2013.

Estatuto do PDT. 2015. Aprovado pela Convenção Nacional, em 12 de março de 2015.

Estatuto do PT. 2012. Aprovado pelo diretório nacional em fevereiro de 2012, incorporando alterações aprovadas no 4º Congresso Nacional Extraordinário (setembro de 2011).

\* **Tiago Alexandre Leme Barbosa** é Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Possui experiência na área de Ciência Política, dedicando-se ao estudo dos partidos políticos, eleições, desempenho eleitoral e elite partidária. E-mail: tiagoalexandrel@gmail.com

como citar:

Barbosa, Tiago Alexandre Leme. 2015. Mulheres na elite partidária brasileira: uma análise exploratória das Comissões Executivas estaduais. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.2, n. 10, agosto. p. 1-13. ISSN 2359-2826

## Normas para colaboração



A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão Harvard autor-data.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com)

Copyright© 2015



observatory of brazilian political and social elites  
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

**Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR. ISSN 2359-2826**

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolgnesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto ( fgv-sp);  
Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs);  
Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria  
Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato  
Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

**observatório de elites políticas e sociais do brasil**

universidade federal do paraná – ufpr

núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp

rua general carneiro, 460 sala 904

80060-150, curitiba – pr – brasil

Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

*One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.*

## **Rights and Permissions**

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.  
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

**Newsletters** are available online at <http://observatory-elites.org/newsletter/> and subscriptions can be requested by email to [oelites@gmail.com](mailto:oelites@gmail.com) .